

# A MATERNIDADE SILENCIADA

Mariana Sbaraini Cordeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** Com objetivo de golpear as estruturas androcêntricas, muitos textos de autoria feminina se propõem a negar qualquer laço com tais estruturas. Uma forma de marcar esse rompimento é negar, ou até mesmo excluir a maternidade dessas narrativas, especialmente aquelas publicadas pós-1960. Nas narrativas desse período há um grande número de personagens que opta por não ter filhos, nas quais o silêncio das relações maternas caracterizou esse momento. Por outro lado, a mulher economicamente independente, separada ou não, completará as narrativas como modelo de uma tipificação feminina que sobreviveu ao domínio masculino e que, a partir de então, a presença do homem não lhe serviria para nada, a não ser como objeto de seus desejos. Quanto às personagens, elas buscam compreender-se e saber a sua função no mundo, que em muitas ocasiões são descentralizadas e colocadas em um turbilhão de papéis, não conseguindo efetivamente atuar em nenhum deles. Isto é particularmente intenso com relação à personagem da mãe, que não consegue um equilíbrio entre os papéis de mulher, esposa, mãe e profissional. Amalgamar essas múltiplas funções é um processo que revela grande complexidade, uma vez que o papel exclusivo de mãe vai aos poucos perdendo a razão de ser. Duas obras de Sonia Coutinho, *O último verão de Copacabana* e *Uma certa felicidade*, enfatizam personagens femininas que negam a maternidade ou depreciam as ocasiões quando ela acontece. No entanto, as mulheres que habitam essas narrativas são de meia idade, frustradas, vivendo um sentimento de incompletude. Mesmo não tendo conseguido o ideal de felicidade feminina, os contos retratam que recuar não seria a melhor solução.

**Palavras-chave:** Sonia Coutinho; Literatura de autoria feminina; Maternidade

## SILENCED MOTHERHOOD

**Abstract:** Aiming to strike androcentric structures, many texts written by women intend to deny any form of bond with such structures. One way to do that is to deny, or even delete motherhood from these narratives, especially those published after 1960. In the narratives of this period there are a lot of female characters who choose not to have children, in which the silence of maternal relationships characterized this moment. Moreover, women economically independent, divorced or not, will complete the narratives as a model of woman who survived the male dominance and that, since then, the presence of man would be useless, except as an object their desires. Those characters try to understand and know their role in the world, which in many cases are decentralized and placed in a whirlwind of roles. For that reason, many women fail to act effectively in any of those roles. This is particularly acute to the character of the mother, who cannot balance the roles of woman, wife, mother and professional. Amalgamating these multiple functions is a highly complex process, once the exclusive role of mother is slowly losing its reason for being. Two short stories books of Sonia Coutinho, *O último verão de Copacabana* and *Uma certa felicidade*, emphasize female characters that deny motherhood or disparage it in those occasions when it happens. However, women who inhabit those short stories are middle aged, frustrated, experiencing a feeling of incompleteness. Even having failed the feminine ideal of happiness, the short stories reveal that returning to the past of their mothers would not be the best solution.

**Keywords:** Sonia Coutinho; Female Literature; Motherhood.

<sup>1</sup> Doutora em Letras (Universidade Estadual de Londrina (UEL)), docente da UTFPR – Campus Toledo. E-mail: [marianacordeiro@utfpr.edu.br](mailto:marianacordeiro@utfpr.edu.br)

A mãe tinha muitos filhos. Observando que as crianças cresciam colocou-lhes sobre a cabeça pesada pedra que as manteria do mesmo tamanho. Media cuidadosamente cada uma todos os anos e verificando que elas permaneciam sempre da mesma altura, contente, entregou-se inteira ao exercício de sua vocação. (Maria Lúcia Simões)

Muitos trabalhos que associam a maternidade e literatura se constroem sobre a égide da Psicanálise e os pressupostos freudianos. O receio em partir desse viés teórico reside na condição feminina da mulher enquanto mãe, pois como para a psicanálise a mulher sempre estará na condição do outro, falar da mulher e de suas relações de feminilidade sempre foi um campo minado para os psicanalistas. Para Freud, o desejo de ter um filho corresponderia ao desejo do falo que a mulher esperaria obter do pai. Tânia Rivera afirma que “[t]al desejo de tornar-se mãe seria, para Freud, a situação feminina por excelência e, ao mesmo tempo, representaria uma rebelião contra a própria condição feminina. Entre feminilidade e maternidade há, portanto, estranhamente, alternância e conjugação” (2000, p. 173). No entanto, o conflito da maternidade que se instaura hoje é devido à busca incessante por uma identidade social da maternidade.

Durante o tempo em que a literatura se ocupou em ouvir a voz da maternidade narrada pelos filhos, principalmente pelo menino, os dramas da maternidade pareciam se enquadrar perfeitamente no complexo de Édipo explicado por Freud. Porém, quando a mãe conquistou o lugar da fala, seu discurso revelou que para a mãe da modernidade a questão vai um pouco além de se ter um bebê para satisfazer seu desejo por um pênis. Hoje, a mulher faltante não passa a ser a mulher fálica de maneira tão simples assim. A mulher moderna continua, de certa forma, a procurar seus substitutos fálicos, mas nesse momento o filho não se caracteriza mais como sua única maneira de fazer isso. Dinheiro, poder, status, reconhecimento profissional se constituem como opções que

facilmente podem substituir aquele atributo fálico que o filho representaria na psicanálise.

Um grande avanço para os estudos da maternidade foi não pensar mais que o cuidado que a mulher dispensa à criança é natural e biológico, mas advém da posição social que ela ocupa. Nancy Chodorow afirma que a “maternação das mulheres determina a posição principal das mulheres na esfera doméstica e cria a base para a diferenciação estrutural das esferas domésticas e pública” (1990, p. 25). Por ser veiculada a sua posição social, o papel da mulher enquanto mãe é o que sofre diretamente as mudanças sociais. Mas apesar da identidade materna ser influenciada pelas mudanças sociais, ela também é uma função de base psicológica, como atesta Nancy Chodorow (1990, p. 52). O papel de mãe está intimamente ligado a uma função psicológica bem demarcada que é o cuidar, logo, a discussão sobre a “mãe boa” envolve certas capacidades advindas das características de personalidade dessa mulher cuidadora. Por isso, tantos textos narrativos evocam questões sobre a identidade primeiramente feminina e depois a identidade de mãe. Uma não pode ser construída sem a outra e não há como uma ser criada antes da outra. Os contos analisados refletem muito bem o que acontece quando essas identidades femininas são forçosamente criadas não respeitando uma sequência para que isso ocorra efetivamente. A reprodução da maternação, como afirma Chodorow, é uma reprodução social, no entanto essa reprodução “vem a ser independente da intenção individual e não é causada por ela” (1990, p. 54). A lógica da maternidade, ou da maternação – o cuidado da criança deve ser de total responsabilidade da mãe – é o resultado de anos de reprodução de uma prática institucionalizada socialmente e por ela regulada.

É relevante destacar que a mulher é responsável pela reprodução de seu comportamento, como afirma Nancy Chodorow: “Os homens são social e psicologicamente reproduzidos pelas mulheres,

mas as mulheres são reproduzidas (ou não) em grande parte por si mesmas” (1990, p. 57); mas a reprodução da maternidade é uma reprodução social, acima de tudo. Para compreender como a dimensão do papel materno alterou a identidade feminina da mãe, a teoria psicanalítica pode contribuir para entender que o homem é fruto de sua família e que relacionamentos interpessoais podem afetar diretamente o papel que a mulher desempenha tanto dentro do lar quanto na esfera pública. A estrutura da instituição familiar influencia na organização social do gênero, por isso seria plenamente possível recorrer às teorias psicanalíticas para compreender como a família produz mulheres para serem ou não mães. Porém, acredito que está análise incorreria o risco de se prender ao sujeito e seus processos inconscientes, tomando um rumo diverso da proposta inicial que seria buscar compreender como a identidade materna é um construto social e cultural.

Ainda com objetivo de golpear as estruturas androcêntricas, muitos textos de autoria feminina se propõem a negar qualquer laço com tais estruturas. Uma forma de marcar esse rompimento é negar, ou, até mesmo, excluir a maternidade dessas narrativas, especialmente aquelas publicadas pós-1960. Nas narrativas desse período, há um grande número de personagens que opta por não ter filhos, nas quais o silêncio das relações maternas caracterizou esse momento. Por outro lado, a mulher economicamente independente, separada ou não, completará as narrativas como modelo de uma tipificação feminina que sobreviveu ao domínio masculino e que, a partir de então, a presença do homem não lhe serviria para nada, a não ser como objeto de seus desejos.

Quanto às personagens, elas buscam compreender-se e saber a sua função no mundo, que em muitas ocasiões são descentralizadas e colocadas em um turbilhão de papéis, não conseguindo efetivamente atuar em nenhum

deles. Isso é particularmente intenso com relação à personagem da mãe, que não consegue um equilíbrio entre os papéis de mulher, esposa, mãe e profissional. Amalgamar essas múltiplas funções é um processo que revela grande complexidade, uma vez que o papel exclusivo de mãe vai aos poucos perdendo a razão de ser.

Duas obras de Sonia Coutinho, *O último verão de Copacabana* (1985) e *Uma certa felicidade* (1994), enfatizam personagens femininas que negam a maternidade ou depreciam as ocasiões quando ela acontece. Nelas há uma total ausência de caracterização da mulher como mãe, enfatizada como mulher independente, que não estando feliz no casamento nada lhe impede de tentar outros relacionamentos como, por exemplo, a personagem do conto “A aventureira Lola” (1985, p. 29-37) que chegou a se divorciar mais de cinco vezes. No entanto, as mulheres que habitam essas narrativas são de meia idade, frustradas, vivendo um sentimento de incompletude. Em outro conto de sua autoria, “A morte (a vida) no ventre”, a protagonista é um exemplar das narrativas da década de 80, quando a mulher precisava fugir de qualquer vínculo essencialista que a identidade feminina poderia ter:

EU ESTOU MORTA, morta [...] morta não sofre tanto, é como uma anestesia, há mais de dois anos sem dormir com homem que realmente lhe agrada, os ovários frios, gelo a se disseminar (a sua morte) pelo corpo inteiro, na busca de preservar um casamento (no entanto sem filhos) que, a esta altura (ela recapitula), oferece apenas uma sensação de segurança, nada mais, todo o calor e o desejo extintos. (1985, p. 110)

Esse trecho da narrativa sinaliza bem as prerrogativas de ser mulher após as conquistas feministas. O casamento era levado em consideração, desde que não houvesse filhos e a mulher teria total liberdade de se relacionar com os homens que quisesse, sem se preocupar em manter o relacionamento, a não ser que este lhe conferisse

alguma vantagem. Mas o mesmo trecho também sinaliza que tais prerrogativas não significavam ter conseguido a tal almejada felicidade feminina. No cerne da questão está a demanda por não ter filhos. Essa e outras narrativas da mesma obra de Sonia Coutinho nenhuma frustração é maior do que a negação da maternidade. A protagonista ainda diz: “tanta dor a ponto de terminar se impondo, no casamento mesmo, essa espécie de castidade, a morte no ventre, dentro da qual continua, no entanto, a existir uma surda procura de vida” (1985, p. 112)

Já em sua outra obra, a depreciação da maternidade se concretiza quando a personagem retrata seus filhos como um empecilho para seguir por outro caminho. Mas mesmo tendo certa liberdade para negar o chamado da natureza, ainda assim há situações em que a mulher, aparentemente tão bem resolvida com sua nova condição de mulher independente, arrepende-se de não ter tido filhos, como confessa a protagonista do conto “Darling, ou do amor em Copacabana” (1994, p. 59-64): “Meus olhos ficam cheios de lágrimas, sofro demais, *darling*, morro de medo de escuridão e de elevador, carrego o não ter tido filhos como uma ferida secreta” (1994, p. 61).

Uma característica da produção contística de Sônia Coutinho são os interlocutores de suas narrativas. Em muitos casos, há duas mulheres que conversam. Uma que opta por continuar sua vida interiorana, seguindo o modelo de ser mulher ditado por suas antecessoras. A outra busca na cidade grande a esperança de conseguir a liberdade feminina tão almejada. Um exemplo dessa relação entre tais tipificações femininas é o conto “Amigas (II) ou aconteceu no Jardim Botânico” (1994, p. 99-104).

Duas amigas de infância se reencontram na cidade do Rio de Janeiro depois de muito tempo sem se verem. Uma é elegante e bem vestida dona de casa, aparentemente feliz, e a outra é a tipificação

da mulher cuja carreira está em primeiro lugar. Muito dedicada ao trabalho, a amiga que foi para a cidade do Rio de Janeiro procura se convencer de ter feito a melhor escolha: “que conseguiu um bom emprego? Que pode recusar favores da família? Que está criando condições para voltar e fazer teatro? Que conquistou seu direito à liberdade e não é, como sua mãe, a escrava de um homem?” (p. 101). Porém, não deixa de ficar constrangida por não estar tão bem vestida como a amiga. Por sua vez, sua amiga casada confessa que tem um amante e se vê incapaz de deixar seu marido por causa dos filhos, mas afirma que fez isso para poder “ter vivido uma experiência mais ampla ‘como a que você tem’” (p. 103). Dessa maneira, a vida daquela que trabalha se torna o ideal para a amiga casada e tal admiração leva sua amiga a admitir que conquistara muitas coisas, como romper com a tradição, ser independente no sentido mais amplo que a palavra pode encerrar. Ser livre principalmente por não estar atrelada a filhos e marido, mas confessa que nem por isso ela é mais feliz que a outra que ainda tenta reproduzir tais padrões.

Outro conto da escritora baiana, “Uma mulher sem nenhuma importância” (1994, p. 121-129), também mostra a infelicidade de uma mulher casada há dezoito anos, com um bom padrão de vida e que trabalha fora. De repente, a sua vida começa a lhe cheirar a bolor, principalmente devido a uma rotina que a angústia muito. Se ela não encontrasse algo de fato importante, “seria uma mulher inútil, que andava comprando blusas pelas ruas de Copacabana” (p. 123). Sem filhos, ela admite ser uma mulher “terrivelmente sozinha”. Mesmo com toda a liberdade pretendida, a protagonista projeta na existência dos filhos uma forma de companhia, mesmo não incluindo a presença do homem como um fator relevante para a sua realização. O final do conto mostra como se sentem muitas mulheres que buscaram a liberdade: “estava convencida de que era tarde demais, ela se tornara, irremediavelmente, um

definitivo membro de meia-idade e desimportante da classe média próspera brasileira” (p. 129).

Esse conto, assim como os demais aqui analisados, presume uma ambientação urbana, com personagens que optaram por não ter filhos. Tal escolha não pode ser vista como o motivo de todos os problemas da mulher contemporânea, porém essas narrativas sugerem também que as conquistas feministas não foram suficientes para a plena realização da mulher. A composição final dessa narrativa parece evidenciar uma padronização das mulheres de classe média, como se todas tivessem atendido ao pedido feminista de negarem a maternidade. Daisy da Silva César afirma que a obra contística de Sonia Coutinho enfatiza o

‘mito’ da mulher inteligente, independente e moderna que não é bem sucedida no casamento, como uma espécie de punição da sociedade machista frente às mulheres que pretendem igualar-se aos homens, como se fosse vedado às mulheres o sucesso profissional e afetivo-sentimental ao mesmo tempo (2008, p. 138).

Quando Judith Butler afirma: “Assim como as superfícies corporais são impostas *como* o natural, elas podem tornar-se o lugar de uma *performance* dissonante e desnaturalizada, que revela o *status performático* do próprio natural” (2003, p. 210) ela procura promover a discussão de que o gênero é um ato de inscrição cultural sobre uma base material ou corporal em que o sexo se configura. Porém, como ela mesma aponta, há um aparato cultural que organizaria o encontro entre o instrumento e o corpo, e que haveria uma imposição de que os corpos são obrigados a se aproximar de um sexo real e um sexo fatual, “mas nunca podem realmente fazê-lo” (2003, p. 210). Assim, a questão da maternidade trava uma luta entre esse corpo marcado pelo sexo real, mulher logo mãe, e aquele em que a mulher não quer mais inscrever nele as tendências culturais de seu tempo.

Teresa de Lauretis aponta que “a cultura da mulher, a maternidade, a escrita feminina, a feminilidade etc.” (1994, p. 206) são conceitos derivados de uma significação maior de gênero e que tais derivações acabaram se transformando em limitação do pensamento feminista, por permanecerem atrelados ainda ao pensamento patriarcal. Por isso, mesmo textos de autoria feminina incorrem no erro de assim continuarem apenas a produzir um ideal de gênero baseado apenas na diferença sexual. Para que isso não ocorra, a narrativa de autoria feminina não deve perder o foco de sempre articular as diferenças entre as próprias mulheres, uma vez que essas diferenças estariam pautadas entre um mesmo sexo. A mesma autora chama a atenção para esse perigo e assume que nos escritos feministas dos anos 80 havia um potencial epistemológico de

conceber o sujeito social e as relações da subjetividade com a socialidade de uma outra forma; um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito ‘engendrado’ não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido. (1994, p. 208).

Paradoxalmente, a mulher quando se torna mãe precisa recorrer à diferenciação tradicional de sexo. Essa nova mulher da modernidade acaba entrando em conflito quando a sua identidade de gênero acaba “precisando” de sua identidade biológica. Nesse processo não há como isso não acontecer, e a própria mulher em nome de um desejo seu de ser mãe precisa desfazer e reconstruir a própria noção de sujeito que ela tinha até então. Mesmo que a mulher não veja mais sua identidade dependente de seu corpo, quando ela resolve ser mãe um sentimento duplo que a confunde é estabelecido. Ela volta a ter de se apoderar de



noções primárias da biologia e da fisiologia de seu corpo. Logo, o gênero feminino continua a ser uma representação construída que quando associada à sua forma derivada, aqui no caso a maternidade, ele precisa ser desconstruído e reconstruído histórica, social e culturalmente. A experiência da maternidade não permite que a mulher, logo depois do nascimento de seu filho, volte a ter a mesma noção de gênero feminino como antes. A maternidade talvez seja uma das formas mais agressivas de transformação, uma vez que ela exige uma constante revisitação de conceitos.

Quando Teresa de Lauretis estabelece a relação que o gênero tem com outras entidades, ela conclui que “gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social: em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe” (1994, p. 211). Posto que a mulher depois da experiência da maternidade não deixa de ser mãe, existe a possibilidade de haver duas maneiras de ver o mundo: uma considerando a sua visão de gênero apenas feminino e outra através da lente da maternidade. A mãe como um gênero social e feminino se (re)constrói mediante as influências culturais que variam de uma época para outra, de um espaço para outro, entre tantas outras variantes.

Se a apresentação de gênero é uma posição social, não só o fato de se apresentar como masculino ou feminino é suficiente no caso da maternidade. Ao se intitular “mãe”, a mulher ainda precisa situar a sua posição social, a mãe pobre ou rica, a mãe boa ou má, a mãe de menino, de gêmeos, de filhos adotivos, mãe solteira. Enfim, o processo de identificação e subjetivação feminina pela maternidade não é tão simples assim. Se a noção de gênero prevê que a mulher evite ser “engendradora” como mulher, pertencente ao sexo feminino, processo chamado de *interpelação* por Althusser, quando ela se torna mãe não há como fugir disso. Ela passa pelo processo de sexualização já que o homem não tem como gerar um filho em

seu ventre, pelo menos ainda não. Por essa razão talvez, que a crítica feminista se apoia na noção de gênero, mas quando a maternidade entra em cena, não há outra forma a não ser uma identificação sexual.

A escolha pela maternidade, já que ela passou a ser uma escolha, reflete ironicamente aquela que a mulher faz para ser vista como um sujeito feminino. Talvez, por essa razão a maternidade parece condizer mais às correntes pós-feministas que procuram reter a mulher na sua feminilidade, logo a maternidade serviria bem a esse propósito. Por outro lado, a corrente pós-feminista retrocede a muitas outras conquistas e reposiciona o sujeito feminino na antiga significação binária dos sexos masculino/feminino.

As narrativas de Sonia Coutinho representam o cerne de toda essa discussão. A maternidade nessas narrativas se torna o elemento que representa a posição de sujeito dessas mulheres. Elas renegam a maternidade por ela ser vista como um atrelamento à antiga forma de tipificação feminina. Por essa perspectiva, a mulher não era um sujeito, mas sim um objeto sem vez nem voz. Alain Touraine diz que “hoje não é nosso meio social que está em crise, mas nossa própria individualidade” (2007, p. 55) e é nessa individualidade que o dilema da maternidade reside, uma vez que ele coloca o indivíduo em conflito com ele mesmo: a maternidade é capaz de interferir e modificar a forma de se constituir no mundo? É a dúvida dessa mulher contemporânea, fruto das indagações epistemológicas acerca de seu papel no mundo social. Essa construção de si, para Touraine, é uma “construção de uma sexualidade a partir de uma experiência do corpo [...]”. Daí a importância extrema do corpo como espaço de relação a si e de construção de si” (2007, p. 56 57). Esse domínio sobre o corpo feminino pela própria mulher está atrelado à busca do que lhe é prazeroso. Elas passam a seduzir ao tomar

consciência do poder que seu corpo tem. Mas esse domínio também envolve a sua identidade materna ao recorrer ao seu próprio corpo para gerar a vida. O sociólogo francês considera a importância da noção de gênero para reagir ao erro naturalista que opunha a mulher ao homem quando eles eram colocados como espécies opostas. Porém, ele afirma que

[a] fraqueza da idéia de gênero, mesmo que ela defina a mulher como uma construção social, reside no fato que ela não especifica esta construção social do gênero, já que todas as condutas humanas e quase todas as relações são construções sociais. Em uma sociedade diferenciada e multicultural, fomos rapidamente obrigados a reduzir a noção de gênero a uma simples função de reparação dada a multiplicidade de construções sociais do sexo à qual assistíamos. Breve e rapidamente: a definição de gênero como produto da construção de funções sociais diferenciadas soou como insuficiente. (2007, p. 58)

Essa insuficiência da definição de gênero é gerada quando a mulher não é mais um produto de dominação masculina e quando ela não consegue abranger a multiplicidade feminina na sua função materna e precisa retomar a noção de corpo real de Judith Butler para acontecer, pois a gravidez é uma conduta da natureza. Já quando a mulher é mãe, ela pode voltar a ser um sujeito que desconsidera tais questões se ela não amamentar, por exemplo. Mas a gravidez na definição de gênero precisaria ser um ponto anexo a essa teoria se ela não considerar as condutas sexuais.

Por ser constantemente permeada por questões do essencialismo e naturalismo, a única opção de muitas correntes feministas é excluir a maternidade, construindo um sujeito social incompleto. Para concluir a questão, pode-se recorrer mais uma vez a Touraine, que ao refletir sobre a sexualidade, gravidez e maternidade, afirma:

“Elas [as mulheres], mais do que os homens, vivem em companhia das forças da vida e da morte, e confrontadas com a construção sempre inacabada da sexualidade, e em familiaridade com

a imagem da criança nascida delas” (2007, p. 65). As demais personagens militantes representam a morte da mãe exclusivamente essencialista, mas também não fazem nascer uma mãe plena sob o ideário de gênero de Judith Butler. Isso mostra que a constituição de identidade materna ainda não foi amplamente discutida e resolvida por um arcabouço teórico.

Nancy Chodorow, ao resgatar os princípios de Freud, dá às teorias psicanalíticas, que foram por tanto tempo chamadas de machistas, um olhar pelo viés feminista e consegue, com isso, avançar e atualizar os estudos freudianos, principalmente ao que tange a relação mãe-filha. Ela e muitos outros estudiosos reconhecem o quanto a relação da filha com sua mãe na primeira infância pode influenciar a sua forma de maternar futuramente. Isso foi demonstrado semelhantemente por apontamentos feitos por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*

Chodorow afirma que a “maternidade pode ser um empenho (fantasia) de reparação dos males que a mãe cometeu (também fantasiosamente) aos filhos (seus rivais). Por outro lado, pode ser um modo de voltar à sua mãe por males (fantasiosos) que ela lhe causou” (1990, p.120).

As personagens de Sonia Coutinho representam a tensão entre os dois mundos femininos: aquele que mostra a mulher ainda reprodutora de um sistema androcêntrico e o daquela que já conseguiu rompê-lo. O que está em jogo nas cenas desses contos atesta que os caminhos pautados como o melhor e o pior pelas feministas foram insuficientes. A amiga sem filhos admite não ser feliz, entretanto ela não conjectura que sua felicidade dependeria de uma vida como a da outra, com marido e filhos. Ela percebe que a mulher precisa percorrer um terceiro caminho na tentativa de ser feliz e que, nessa impossibilidade, ela afirma: “É quando, de repente, revejo num relance a minha vida e tenho, afinal, a certeza absoluta de que se me fosse dado voltar atrás, eu faria tudo exatamente da

mesma maneira, outra vez” (p. 104). Mesmo não tendo conseguido o ideal de felicidade feminina, os contos retratam que recuar não seria a melhor solução. Se as mulheres ainda não estão felizes com suas conquistas, ainda há o que se fazer, mas, ao que tudo indica, elas estão melhores do que suas mães e avós.

Um olhar para esses contos ajuda a construir um quadro da literatura de autoria feminina no Brasil que passou a representar um ideal feminino divergente do modelo padrão. Mesmo que as mulheres ainda não apareçam felizes por suas escolhas, tais textos literários evidenciam o começo do percurso, apontando personagens dispostas a pagarem o preço de suas escolhas, sejam elas boas ou não. Mas o fato da mulher poder escolher já revela o quanto as conquistas feministas avançaram. Essas narrativas ainda estão no limiar de descobrir um novo mundo, reforçando para isso as relações entre mulheres e suas experiências exclusivamente femininas como forma de expressão da mulher na literatura.

Ao se ler as narrativas de curto fôlego de Sonia Coutinho é possível ver o quanto os ideais feministas influenciaram na produção brasileira. E o tema da maternidade parece ter sido uma espécie de termômetro para medir tais influências, uma vez que silenciar a maternidade era uma das linhas de frente do movimento. Os textos revelaram que essa felicidade não pode estar atrelada somente às conquistas femininas no espaço público. Mesmo que distanciadas da feminilidade, atrelada à capacidade de reprodução da mulher, é dentro do espaço privado que a mulher passou a travar suas lutas contra ela mesma. Pelo fato de a imagem maternal ainda ser associada a estereótipos femininos marcados, principalmente, pelo mito do amor materno, a mulher-mãe precisa agora resolver questões de ordem subjetiva. O conflito estaria dentro dela mesma e seguir ou não pelo caminho

ditado pelas convenções culturais passou a ser uma escolha exclusivamente sua.

Se o objetivo de uma nova literatura de autoria feminina é narrar a mulher sob a sua ótica de ver o mundo a sua volta, essa poética da maternidade reúne características para retratar esteticamente essa condição feminina de forma repaginada. A maternidade pode até vir a ser um ideal de felicidade para algumas mulheres, e isso mostra que sua cultura particular nem sempre compartilha os ideais universais como um padrão fixo a ser seguido. Essa liberdade de escolha é que deve ser a marca da mulher moderna, e não somente substituir os dogmas patriarcais pelos feministas. São personagens em constante busca pela autorrealização e identidade por meio de outras experiências que podem incluir, ou não, a experiência da maternidade.

Essa nova maneira de olhar para a maternidade pode ser também uma marca exclusivamente feminina. Os textos literários são marcados agora por uma mulher que tem consciência de que o lar não mais impedirá o seu acesso ao contexto social. Essa poética da maternidade escrita por mulheres criou um espaço dentro de um contexto literário maior que possibilitou à mulher expressar sua sensibilidade sobre o tema, o seu ponto de vista. Ela passou a ser um sujeito de representação e não teve mais medo de constituir um olhar da diferença.

Lutar contra o essencialismo biológico foi sempre o principal objetivo das feministas. De acordo com as mais ortodoxas, a maternidade deveria ser suprimida de suas vidas. Esse pensamento, se não convenceu a maioria das mulheres, no mínimo causou muitas dúvidas. As mulheres de fato negaram a maternidade, influenciadas, principalmente, pelas ideias de Simone de Beauvoir. Mas, o tempo passou e esse distanciamento temporal é de grande importância para poder se olhar os anos que passaram e avaliar como a mulher trabalhou



essa questão e suas consequências. Nas artes, mais especificamente na literatura, essa luta contra os ideais essencialistas foi absorvida pelas autoras brasileiras, e Sonia Coutinho é um exemplo disso. Juntamente com a liberdade da anistia, os ideais feministas foram pregados. Muitas seguiram seus direcionamentos e se realizaram com eles. Mas a mesma manifestação artística revela que a recusa da maternidade também trouxe infelicidade. Essa situação foi muito trabalhada por Sonia Coutinho, mais especificamente em sua obra de contos *O último verão de Copacabana* de 1985 e em *Uma certa felicidade*, de 1994. São textos que tratam da solidão feminina, tendo como personagens mulheres de meia idade que no passado haviam seguido à risca os ideais feministas e agora se declaram infelizes por isso. São narrativas que subvertem as formulações patriarcais e cristãs sobre a maternidade.

O resultado das análises evidencia que há uma problemática da maternidade, que essa instituição ainda precisa ter seus conflitos resolvidos. O conflito não está meramente na relação mãe e filho/filha, ou simplesmente na negação a maternidade. O conflito agora precisa ser resolvido internamente uma vez que as barreiras culturais e sociais já foram transpostas. O objetivo da nova mulher-mãe “é menos a transformação das instituições sociais do que a relação de cada qual consigo mesmo – e em particular das mulheres em relação a si mesmas”, como bem afirmou Alain Touraine (2007, p. 159). Mulheres atrizes de suas vidas e de suas escolhas.

## Referências

- BEAUVOIR, Simone de. O segundo Sexo: Fatos e Mitos. Vol.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980a.
- . O segundo sexo: A experiência vivida. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980b.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CÉSAR, Daisy da Silva. A contística de Sonia Coutinho e suas implicações identitárias. Caderno de letras da UFF (Dossiê: Preconceito linguístico e cânone literário), n. 36. p. 133-143, 2008.
- CHODOROW, Nancy. Psicanálise da maternidade – uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.
- COUTINHO, Sonia. Último verão de Copacabana. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- . Uma certa Felicidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Heloisa Buarque de Hollanda, org. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- RIVERA, Tânia. Um amor outro: ensaio psicanalítico sobre a feminilidade, criação e maternidade. Cristina Stevens, org. Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. p. 173-201.
- TOURAINÉ, Alain. O mundo das mulheres. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

**Submissão: março de 2021**

**Aceite: abril de 2021.**